



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

**Informação nº:** 94/2020 – DIASP2

Brasília (DF), 15 de dezembro de 2020.

**Processo nº:** 00600-00009954/2020-61

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF

**Assunto:** Representação

**Valor Envolvido:** R\$ 6.139.200,00

**Ementa:** Representação apresentada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF versando sobre possíveis falhas na execução do Programa Mobilidade Cidadã, instituído pela Lei nº 6.621/2020 e gerido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF. Pelo conhecimento.

**ADMISSIBILIDADE DE REPRESENTAÇÃO**

1. IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO	
1.1 - Representante:	Representação nº 15/2020-GPML (e-DOC 84173CC3, peça 11), formulada pelo Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCD.
1.2 - Teor da Representação:	<p>O Representante apontou indícios de irregularidades na execução do Programa Mobilidade Cidadã, instituído pela Lei nº 6.621/2020, com o objetivo de conceder ajuda financeira à categoria dos permissionários e concessionários de transporte coletivo escolar urbano e de turismo no Distrito Federal, em virtude dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 nesse setor, com a suspensão prolongada do funcionamento de escolas, universidades, e centros de lazer.</p> <p>2. Afirmou que foram solicitadas informações à SEDES/DF acerca da execução do referido programa, e que, até o momento de elaboração da Representação, não havia recebido a listagem atualizada de todos os beneficiários.</p>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

3. Asseverou que, por meio de pesquisa no Portal da Transparência, foi possível, com a divulgação dos beneficiários do auxílio financeiro e de listagem dos detentores de autorização para exploração do serviço de transporte coletivo de estudantes no DF, realizar análise parcial de alguns aspectos atinentes à regularidade da concessão do benefício em pauta.
4. Segundo os dados do Portal da Transparência, destacou que 1.707 pessoas receberam parcelas do auxílio previsto na Lei nº 6.621/2020, perfazendo um dispêndio total na ordem de R\$ 6.139.200,00.
5. Ao confrontar as informações levantadas, verificou que 142 beneficiários do auxílio com indicação de existência de registro no DETRAN/DF não figuravam nominalmente como permissionários ou como condutores de veículos de transporte de estudantes na lista disponibilizada no sítio eletrônico dessa autarquia distrital.
6. Ademais, também com base nos dados divulgados no Portal da Transparência, identificou servidores, empregados públicos, aposentados e beneficiários de pensão do Distrito Federal que auferiram parcelas atinentes ao auxílio em análise.
7. E, ao realizar pesquisa para identificação de pessoas jurídicas ao CPF dos agentes públicos beneficiários do Programa Mobilidade Cidadã, verificou a existência de servidores integrando quadros de pessoas jurídicas, inclusive como sócio-administradores.
8. Segundo o Representante, as falhas apontadas não se compatibilizam com as normas de regência da matéria e tampouco com os princípios da legalidade, da economicidade, da moralidade e da supremacia e indisponibilidade do interesse público.
9. Assim, requer ao Plenário que seja dado conhecimento da Representação à SEDES/DF, para a apresentação dos esclarecimentos que entender pertinentes quanto aos fatos narrados, e que os autos sejam encaminhados ao Corpo Técnico, a fim de apurar as possíveis irregularidades trazidas pela Representação, autorizando desde já procedimento de fiscalização.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

<b>2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE</b>		
<b>Requisitos</b>	<b>S/N/NA</b>	<b>Observação:</b>
2.1 - O Representante é legitimado?	SIM	Art. 230, §1º, IV, do RI/TCDF.
2.2 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.3 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	-
2.4 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada (inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	Vide conclusão
2.5 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	Art. 1º, VI.e, do RI/TCDF.
2.6 - As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (inciso I do § 6º do art. 230 do RI/TCDF)?	SIM	

<b>3. ANÁLISE:</b>		
<b>Requisitos</b>	<b>S/N/NA</b>	<b>Motivação</b>
3.1 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º do art. 230 do RI/TCDF?	SIM	
3.2 - Há necessidade de realização de inspeção?	NÃO	Neste momento entende-se necessário aguardar os esclarecimentos da SEDES/DF.
3.3 - Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RI/TCDF?	NÃO	N/A



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

**4. CONCLUSÃO DESCRITIVA:**

A representação, cuja admissibilidade ora se examina, foi ofertada pelo Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e refere-se a possíveis irregularidades na execução do Programa Mobilidade Cidadã, instituído pela Lei nº 6.621/2020.

2. O *Parquet* ressaltou que os efeitos provocados pela pandemia da COVID-19 trouxeram a necessidade de promoção de medidas por parte do governo com vistas a mitigar problemas de ordem econômica, especialmente para a população mais vulnerável.

3. Nesse sentido, foi criado o aludido Programa Mobilidade Cidadã, com o objetivo de conceder auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo que se encontravam devidamente cadastrados (cadastro público de pessoas físicas e jurídicas autorizadas a explorar serviços de transporte no Distrito Federal) em 31 de janeiro de 2020<sup>1</sup>.

4. O Ministério Público destacou que, de acordo com o normativo que estabelece as regras para o cadastramento e a exploração do Serviço de Transporte Coletivo de Escolares no Distrito Federal – STCE/DF (Decreto nº

---

<sup>1</sup> Lei nº 6.621/2020

Art. 1º Fica concedido auxílio financeiro aos proprietários de ônibus e micro-ônibus ou outros veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo que prestam serviço mediante concessão ou permissão do poder público e que se encontravam **devidamente cadastrados em 31 de janeiro de 2020**.

...

§ 3º São condições para fazer jus ao auxílio financeiro de que trata o caput:

I – estar devidamente cadastrado, em 31 de janeiro de 2020, no Cadastro de Permissionários/Concessionários da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob;

II – estar regularmente registrado, em 31 de janeiro de 2020, junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF na categoria de transporte escolar ou turismo.

...

Art. 4º O auxílio financeiro de que trata o art. 1º independe de requerimento ou ato concessivo, e é concedido com base no Cadastro de Permissionários/Concessionários da SEMOB.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

37.332/2016, não é permitida a concessão de autorização para a exploração desse serviço a pessoas físicas que ocupam cargos ou funções públicas<sup>2</sup>.

5. Além da vedação indicada, afirmou o *Parquet* que nenhum agente público remunerado deveria ser beneficiário de auxílio relacionado ao enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID – 19, uma vez que esses recursos visam assegurar a subsistência das famílias que deixaram de auferir renda em razão das medidas restritivas impostas para mitigar o avanço do novo Coronavírus.

6. Todavia, pesquisas realizadas pelo MPjTCDF com os dados disponíveis no Portal da Transparência e no sítio eletrônico do DETRAN, indicam vulnerabilidades relacionadas à concessão do auxílio financeiro em pauta, como inconsistências na listagem dos beneficiários e a existência de servidores públicos na condição de beneficiários.

7. Foi apresentado o resultado das pesquisas efetivadas, por meio da relação de beneficiários que não figuram nominalmente como permissionários ou como condutores de veículos no sítio eletrônico do DETRAN/DF (fls. 4/8 do e-DOC 84173CC3, peça 11) e da relação dos servidores públicos, empregados públicos, aposentados e beneficiários de pensão que auferiram parcelas atinentes ao auxílio financeiro (fls. 8/11 do e-DOC 84173CC3, peça 11).

8. Diante dos indícios de irregularidades apresentados, que vão de encontro aos princípios da legalidade, moralidade, interesse público e eficiência, o Ministério Público requer que a Corte autorize a instauração de procedimento de fiscalização para a devida apuração dos fatos narrados e dê conhecimento

---

<sup>2</sup> Decreto nº 37.332/2016

Art. 5º Não será concedida autorização para exploração do STCE à pessoa física que ocupe cargo ou função pública.

Art. 6º Somente poderão conduzir veículos escolares os condutores previamente aprovados pelo DETRAN/DF, mediante autorização específica, precedida da comprovação e apresentação das seguintes condições e documentos:

...

X) declaração do requerente de que não exerce cargo ou função pública.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

da presente Representação à SEDES/DF, para apresentação de esclarecimentos.

9. Portanto, entende-se que a Representação atende aos requisitos de admissibilidade previstos nos §2º, inciso III e §6º, inciso I, do art. 230 do Regimento Interno desta Corte<sup>3</sup>, tendo em vista que os indícios de irregularidades foram devidamente comprovados pelo Representante.

**5. SUGESTÕES:**

Diante do exposto, conforme disposto no §5º do art. 230 do RI/TCDF, verificado o atendimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos § 2º do art. 230 do RI/TCDF, bem como a presença de verossimilhança das informações trazidas com os fatos representados, conforme exigido no §6º, I, do art. 230 do referido Regimento, sugere-se ao Egrégio Plenário:

I. conhecer:

- a) da Representação nº 15/2020-GPML, formulada pelo Ministério Público junto a esta Corte (e-DOC 84173CC3, peça 11);
- b) da Informação nº 94/2020-DIASP2 (peça 14)

II. determinar com base no art. 230, § 7º do RI-TCDF, que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF) apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, circunstanciados esclarecimentos quanto ao teor da Representação em tela;

III. autorizar:

<sup>3</sup> § 2º As representações deverão atender, pelo menos, aos seguintes pressupostos de admissibilidade: III - apresentar o indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificadas, com a identificação, sempre que possível, dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido;

§ 3º A documentação anexada às representações deverá ser aquela estritamente necessária à compreensão ou comprovação da matéria e precisamente referida no corpo do documento principal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

**5. SUGESTÕES:**

- a) o encaminhamento de cópia da Representação, do Relatório-Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES/DF);
- b) a devolução dos presentes autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para análise de mérito da Representação.

**Gisela Mendonça da Silva**  
**Auditora de Controle Externo**  
**Mat. nº 465-1**

Senhor Secretário,  
De acordo com a instrução procedida nos autos.  
À alta consideração de VS<sup>a</sup>.

Brasília (DF), 15 de dezembro de 2020.

**Davi Assunção Salvador Nery de Castro**  
Diretor